



por unanimidade  
dos presentes

# União das Freguesias de Carnaxide e Queijas

## Junta de Freguesia

### **ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA** **REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2018**

#### ----- ACTA NÚMERO 14 -----

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, na Sede da Junta de Freguesia, em Carnaxide, reuniu o Executivo da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas, sob a presidência do Senhor Presidente Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, estando presentes a Senhora Secretária Ana Lúcia Fernandes Figueiredo Dias, a Senhora Tesoureira Sara Margarida da Silva Ribeiro, o Senhor Vogal Américo Francisco Fernandes Ramos, o Senhor Vogal Mário Luís Mendes, a Senhora Vogal Paula Cristina de Oliveira Soares e o Senhor Vogal João Paulo Gomes. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira deu início à décima segunda reunião do Executivo, com a seguinte Ordem de Trabalhos, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes: -----

#### **Antes da Ordem do Dia:** -----

1 - Informações -----

2 - Posição Financeira -----

#### **Ordem do Dia:** -----

1. Proposta de Deliberação N.º 64/2018 - Aprovação de Medida Contrato Emprego Inserção+ Recrutamento de pessoal – Desempregados Beneficiários do Rendimento Social de Inserção; ----
2. Proposta de Deliberação N.º 65/2018 - Apropriação de Ossários; -----
3. Proposta de Deliberação N.º 66/2018 – Regularização extraordinária de vínculos precários;
4. Proposta de Deliberação N.º 67/2018 – Direção Geral de Reinserção Social – Pedido de Colaboração Execução de Medida de Trabalho a Favor da Comunidade; -----

### **Ponto – Um – Informações**

--- Mencionado pelo presidente foram a realização dos seguintes: -----  
Festas da nossa Senhora da Rocha, que segundo os feirantes terá corrido bem, melhor que terá sido o ano passado, com um bom cartaz, com bom feedback dos moradores e terá tido cerca de 20 mil visitas. -----  
Aproximação do dia da criança dia 1 de junho (sexta-feira), onde se irão realizar varias iniciativas em Carnaxide, Queijas e em Outurela. -----  
Organização de programa para o mundial de futebol com um era de grandes dimensões e alguns feirantes de streetfood, na zona de Carnaxide, que tomara lugar no centro cívico. -----

### **Ponto – Dois – Situação Financeira**

No período compreendido entre o dia 16 de Maio de dois mil e dezoito e o dia 29 de Maio de dois mil e dezoito, conta ao nível das disponibilidades, com um saldo bancário de 109.076,38 € (cento e nove mil e setenta e seis euros e trinta e oito cêntimos); em caixa 3.512,21 € (três mil quinhentos e doze euros e vinte e um cêntimos), sendo o total das disponibilidades de 112.588,59 € (cento e doze mil quinhentos e oitenta e oito euros e cinquenta e nove cêntimos) a transitar para a semana seguinte. Receitas entradas perfazem 42.042,32 € (quarenta e dois mil e quarenta e dois euros e trinta e dois cêntimos); despesas efetuadas e liquidadas num valor total de 58.550,81 € (cinquenta e oito mil quinhentos e cinquenta euros e oitenta e um cêntimos).-----

### **Ordem do Dia:**

#### **1 – Proposta de Deliberação N.º 64/2018**

É com grande preocupação que esta autarquia tem verificado que o fenómeno do desemprego tem vindo a alastrar por todo o País, sendo este um dos problemas sociais com maior impacto ao nível da exclusão social e que afeta inúmeras famílias, impedindo-as do acesso à participação social e ao exercício pleno de cidadania. -----  
Tal tendência tem vindo a agravar-se, não se verificando, a curto prazo, uma solução conjuntural que atenuar, ou pelo menos, contribua para minorar esta problemática, já que os dados têm vindo a evidenciar uma subida alarmante do fenómeno. -----  
Sobre a matéria não restam dúvidas de que as medidas que o Governo tem vindo a adotar são bem intencionadas e destinadas a empreender uma reforma da Administração Pública que há muito vinha sendo sentida como urgente e necessária. Todavia, a última

legislação publicada, respeitante ao recrutamento de trabalhadores, originará a dispensa de vários colaboradores da Administração Pública, por via da impossibilidade de renovação de contratos e cria obstáculos ao recrutamento de outros, para fazer face a necessidades temporárias e excepcionais, pela excessiva morosidade dos procedimentos nas novas admissões. Este enquadramento resultará inexoravelmente no agravamento do número de famílias afetadas pelo desemprego. Constitui, na verdade, uma enorme preocupação a situação destas pessoas, muitas delas munícipes e até mesmo fregueses, pelo que o sentido de responsabilidade social não nos poderá deixar indiferentes ao sentimento das mesmas. -----

Observamos, também, que na reforma empreendida não foi acautelada a realidade municipal, em particular das Juntas de Freguesia, no que respeita à adaptação da legislação aprovada. Com efeito, há postos de trabalho específicos da administração local que, dadas as atribuições que os caracterizam, são particularmente relevantes e a sua não ocupação com celeridade, após a vacatura, acarreta sérios prejuízos para o normal desenvolvimento das actividades. São, sobretudo, as tarefas cometidas aos trabalhadores da carreira de assistente técnico e assistente operacional, designadamente, administrativos (atendimento ao público), coveiros e operários qualificados, que mais evidenciam a necessidade de ocupação célere, não se compadecendo com a morosidade decorrente da aplicação de normas desajustadas da realidade municipal, especialmente no que ao recrutamento de trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo ou incerto diz respeito, atenta a necessidade de fazer face a aumento excepcional e temporário das actividades em causa. O facto de não terem sido previstas normas conducentes à indispensável simplificação do procedimento, causa evidentes constrangimentos à prossecução das actividades das autarquias, justamente porque a excessiva morosidade no recrutamento de trabalhadores impede que, em tempo útil, as freguesias sejam dotadas convenientemente de pessoal. Se são muitas as dificuldades que se observam no desenvolvimento da actividade das freguesias, decorrentes da entrada em vigor deste vasto conjunto de normas jurídicas, pensamos que as mesmas podem ser mitigadas com as medidas ativas de emprego que, em complementaridade aos instrumentos de protecção social, procuram melhorar os níveis de empregabilidade e estimular a reinserção no mercado de trabalho dos trabalhadores que se encontram em situação de desemprego. Com efeito, os contratos emprego-inserção e emprego-inserção + integram o conjunto destas medidas, ao permitirem aos desempregados o exercício de actividades socialmente úteis, promovendo a melhoria das suas competências

socioprofissionais e o contacto com o mercado de trabalho, enquanto estes aguardam por uma alternativa de emprego ou de formação profissional. -----

Neste contexto e ao abrigo da portaria n.º 128/2009, de 30 Janeiro, alterada pelas Portarias n.º 294/2010, de 31 de maio, n.º 164/2011, de 18 de abril, n.º 378-H/2013, de 31 de dezembro, n.º 20-B/2014, de 30 de janeiro e regulamentada pelo Despacho n.º 1573-A/2014, de 30 de janeiro, e em face ao acima exposto propõe-se: -----

1. Aprovação da alteração do beneficiário da seguinte Candidatura: -----

Candidatura N.º 014/CEI+/18 (Medida Contrato Emprego-Inserção+ – Desempregados Beneficiários do Rendimento Social de Inserção), para funções de serviços gerais atrás descritas – assistente operacional (Mercado de Queijas), no valor 421,32 €/mês, acrescido do valor de subsídio de refeição atribuído à função pública e transporte ao Senhor Nuno Alexandre Raposo dos Santos Pires, titular do documento identificativo nº 06239009 0zz3 e do número de identificação fiscal nº 161 964 133. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

## **2 – Proposta de Deliberação N.º 65/2018** -----

Na sequência da Informação N.º 174/2018 do setor do Cemitério, que informa o seguinte: -----

Os ossários abaixo identificados encontram-se em situação irregular por falta de pagamento das taxas devidas relativamente à respetiva ocupação. -----

Decorrido o prazo identificado, após colocação de chapa de abandono e Edital sem que tenham sido promovidas quaisquer diligências, serão os corpos e ossadas depositados nos compartimentos paroquiais, declarados abandonados e, conseqüentemente, retirados dos mesmos, a fim de permitir a utilização dos ossários por terceiros, sendo a urna e todos os adornos funerários considerados prescritos a favor da União de Freguesias de Carnaxide e Queijas, sendo por esta apropriados, nos termos do disposto no artigo 48.º do Regulamento do Cemitério Paroquial da Freguesia de Carnaxide. -----

Compartimento	Ossário	Data última inumação	Localização	Último Concessionário
21 D	3	24/04/1965	Cemitério Paroquial de Carnaxide	Luiz Pereira Gil
2 A	4	03/02/1973	Cemitério Paroquial de Carnaxide	Jaime Correia Dias
18 A	4	06/12/1960	Cemitério Paroquial de Carnaxide	João Luiz Corredoura
28 A	4	20/010/1971	Cemitério Paroquial de Carnaxide	Deolinda Neves Fernandes Trindade
10 A	4	20/04/1983	Cemitério Paroquial de Carnaxide	Maria da Conceição Barros
18 B	4	08/02/1977	Cemitério Paroquial de Carnaxide	Raquel da Luz Ribeiro
44 B	4	18/09/1984	Cemitério Paroquial de Carnaxide	João Manuel Pedroso Monteiro
26 C	4	28/03/1973	Cemitério Paroquial de Carnaxide	Odete das Neves

Neste contexto, propõe-se: -----

1. A apropriação por parte da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas dos Compartimentos constantes do quadro acima descrito, urnas e todos os adornos funerários, nos termos do disposto no artigo 48.º do Regulamento do Cemitério Paroquial. -----

2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

### 3 – Proposta de Deliberação N.º 65/2018 -----

O Orçamento da União das Freguesias de Carnaxide – Queijas para 2018 se consubstancia num conjunto de Rubricas de Despesa Corrente e de Capital. -----

Algumas destas rubricas consubstanciam-se em Ações – PPA, valorizadas em função das necessidades previstas para 2018, tanto no que respeita a rubricas da despesa corrente, como em códigos de PPI (associadas a rubricas da despesa de capital). -----

Face a uma gestão que se pretende analítica e periódica e com base no art.º 27º, nº3 da alínea d) da Lei 169/99 de 18 de Setembro na redação que lhe foi dada pela Lei 7-A/2016 de 30 de Março, que podem exercer o mandato em regime de tempo inteiro mais dois vogais do órgão executivo das freguesias com mais de 20.000 eleitores, e no seguimento da Informação nº 260/2018, há a necessidade de ajustamentos nas respetivas rubricas de vencimentos e descontos da entidade para a Segurança Social. -----

A 5ª alteração orçamental encontra-se formulada no âmbito das regras em vigor no POCAL, e demais legislação em vigor, nos termos legais, podendo a mesma ser

submetida ao Executivo para competente deliberação, nos termos do disposto na alínea b) do ponto 1 do artº 16º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro. -----

Face ao exposto, proponho -----

1.A aprovação da 5ª Alteração Orçamental que importa no montante de 13.150,00 € (treze mil cento e cinquenta euros), conforme mapas em anexo. -----

2. Aprovar a presente deliberação em minuta. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

#### **4 – Proposta de Deliberação N.º 66/2018 -----**

##### **1. Introdução -----**

A Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro veio definir o Programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública (PREVPAP).O Programa abrange as pessoas que exercem ou tenham exercido funções correspondentes a necessidades permanentes dos serviços, sem o vínculo jurídico adequado, no período de 1 de janeiro de 2017 a 4 de maio de 2017, ou parte dele, durante pelo menos um ano à data do início do procedimento concursal de regularização e que sejam reconhecidas pelo órgão competente, no caso em apreço o órgão executivo.-----

##### **2. Caracterização jurídico-factual -----**

A autarquia tem no seu seio um conjunto de trabalhadores providos por título jurídico inadequado (prestação de serviços na modalidade de avença) que correspondem a necessidades permanentes de serviço face ao tempo que vêm exercendo funções públicas, situações estas oriundas de pretérito. -----

Com efeito, os trabalhadores identificados em situação irregular, provêm em parte de Freguesias que entretanto foram agregadas em resultado da reforma territorial autárquica de 2011-2013, operada por Resolução do Conselho de Ministros nº 40/2011, de 22 de Setembro, pela Lei nº 22/2012, de 30 de maio e pela Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, justificando-se assim aquilatar se tais funções exercidas com vínculo inadequado correspondem ou não a necessidades permanentes de serviço público que se justifique colmatar. -----

Sendo certo que a legislação não define o que sejam “necessidades permanentes”, é no entanto possível reconhecer que quem exerceu funções ininterruptamente ao longo de anos, como é o universo dos casos objecto da presente proposta, preenche este requisito, sem no entanto descurar o elevado peso que os encargos de pessoal têm no

orçamento da UFCQ (56%) e o perfil de competências de cada um dos trabalhadores para o exercício dos cargos que vêm desempenhando. -----

Competindo à Junta de Freguesia o reconhecimento de que as funções exercidas satisfazem necessidades permanentes, não está no entanto o atual executivo obrigado a regularizar todas as situações de trabalhadores sem vínculo adequado, dependendo por isso de um prévio juízo avaliativo e casuístico no sentido de saber se as funções desempenhadas pelos trabalhadores satisfazem ou não necessidades permanentes de serviço público, circunstância que confere à Administração uma margem de livre apreciação das situações de facto que dizem respeito aos pressupostos da decisão administrativa e um espaço de liberdade decisória (ou margem de livre decisão) normativamente permitida. (artº 2º, nº 3 da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro). -----

A regularização por via do procedimento concursal de apenas um posto de trabalho de Técnico Superior de Serviço Social responde, em toda a sua extensão, às necessidades objectivas de serviço público em matéria de Ação Social, uma das atribuições da autarquia prevista no artº 7º, nº 2 al. f) da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, tanto mais que já se encontra ao nosso serviço em situação regular uma Licenciada em Política Social, não se justificando assim a criação de mais postos de trabalho no Mapa de Pessoal para além dos já existentes. -----

Ao serviço da autarquia e no que especificamente concerne ao pessoal irregularmente provido, *i.é.*, mediante prestação de serviços na modalidade de avença<sup>1</sup>, a situação é a seguinte: -----

---

<sup>1</sup> Artigos 10º e 32º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Pessoal em situação irregular  
Opositores obrigatórios ao Concurso

NOME DO TRABALHADOR	TIPO DE CONTRATO	DATA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	FUNÇÃO DESEMPENHADA	CATEGORIA
Rodrigo Bráz De Oliveira	Prestação de Serviço (Avença)	2012	Ação Social	Técnico Superior
Mendonça Tito de Lencastre	Prestação de Serviço (Avença)	2013	Ação Social * <sup>2</sup>	Técnico Superior
Marta Filipa Salgado Fragoso	Prestação de Serviço (Avença)	2013	Ação Social * <sup>2</sup>	Técnico Superior
Eduardo António Alegria Barroqueiro	Prestação de Serviço (Avença)	2014	Cemitério	Assistente Operacional
Juliana Maria Dias Sequeira	Prestação de Serviço (Avença)	2016	Limpeza	Assistente Operacional
Rosalino Morgado	Prestação de Serviço (Avença)	2016	Limpeza	Assistente Operacional
José Gonçalves Oliveira	Prestação de Serviço (Avença)	2013	Mercado	Assistente Operacional
João Pedro Reis Rosa	Prestação de Serviço (Avença)	2015	Mercado	Assistente Operacional
António José Évora Delgado	Prestação de Serviço (Avença)	2016	Mercado	Assistente Operacional
Emílio Gomes Varela	Prestação de Serviço (Avença)	2016	Obras	Assistente Operacional
Ana Filipa Gomes Garcia	Prestação de Serviço (Avença)	2015	* <sup>3</sup>	Assistente Operacional

Importa sublinhar que o conceito indeterminado de "necessidades permanentes dos serviços", contido no artº 2º, nº 3 da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, como requisito de regularização de pessoal irregularmente admitido fornece-nos um padrão seguro para a sua interpretação e aplicação aos casos em apreço, todos eles sujeitos ao poder hierárquico e à disciplina ou direcção da autarquia. -----

<sup>2</sup> A Prestação de Serviço (Avença) cessou em 06/03/2018.

<sup>3</sup> Embora tendo desempenhado funções de natureza administrativa, a necessidade pública a satisfazer é na área de Limpeza / Mercados. A Prestação de Serviço (Avença) cessou em 06/03/2018 .



Com efeito, os seis trabalhadores reúnem o requisito temporal de exercício ininterrupto de funções públicas e o seu desempenho tem sido profissionalmente meritório, indo ao encontro das necessidades de serviço público de uma União de Freguesias com esta dimensão. -----

O Mapa de Pessoal da UFCQ tem em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução. Tal como resulta dos artigos 29º a 31º da LGTFP, nele estão previstos os postos de trabalho correspondentes aos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (natureza permanente) e por contratos de trabalho a termo resolutivo certo ou incerto (natureza transitória), havendo já lugares criados em número suficiente no Mapa de Pessoal para aplicação da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro que prevê a regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública. -----

Não há assim necessidade de criar novos postos de trabalho no Mapa de Pessoal porquanto o número de postos de trabalho correspondentes a actividades de natureza permanente não ocupados são em número suficiente e na exata medida. -----

Importa ainda referir de que atendendo à necessidade de garantir a regra do equilíbrio orçamental e a manutenção do equilíbrio financeiro, apurou-se o impacto no orçamento da UFCQ do efeito da regularização extraordinária dos vínculos precários (+32.800€), que não poderá ficar dissociada das alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório (Art.º18 da Lei n.º114/2017 de 29 de dezembro) a decorrer (+15.300€) bem como a necessidade de um vogal a meio tempo (+14.400€), conforme explanado no anexo I.

Torna-se pois evidente que o atual Fundo de Financiamento das Freguesias é manifestamente insuficiente para cobrir a Despesa com o Pessoal em curso e que outras receitas próprias têm de ganhar destaque para o cumprimento do equilíbrio orçamental e financeiro no atual e próximos anos económicos. -----

Por último, o orçamento deve, nos termos das regras gerais de orçamentação das despesas com pessoal, contemplar nas rubricas adequadas a dotação necessária a suportar os encargos relativos aos números de postos de trabalho apurados e incluídos no Mapa de Pessoal, de acordo com as carreiras e categorias de integração. Nessa medida, teve-se presente a necessidade de modificação orçamental correspondente à reestruturação das carreiras dos trabalhadores que venham a ser contratados no âmbito dos procedimentos de regularização dos vínculos precários, tal como recomenda a DGAL – Direção-Geral das Autarquias Locais no Guião para a Administração Local de 11 de janeiro de 2018 disponível na sua página institucional. -----

### 3. Conclusão -----

Competindo à Junta de Freguesia o reconhecimento de que as funções exercidas pelos trabalhadores satisfazem necessidades permanentes, sem vínculo adequado, propõe-se:

- a) O reconhecimento dos postos de trabalho considerados como necessidades permanentes com vínculo inadequado, respetivamente, 1 (um) Técnico Superior (Ação Social), e 5 (cinco) Assistentes Operacionais (1 Limpeza, 1 Cemitério, 1 Obras e 2 Mercado), num total de 6 (seis) postos de trabalho a regularizar; -----
- b) Abrir o procedimento concursal para a regularização extraordinária dos vínculos precários identificados na presente proposta e aprovar o Aviso que se anexa e que se dá por reproduzido com vista à sua publicação na BEP e na página institucional da UFCQ; -----
- c) Informar a DGAL do número de postos de trabalho identificados como necessidades permanentes com vínculo inadequado, nos termos e para os efeitos previstos no artº 73º alínea a) do Decreto-lei nº 33/2018, de 15 de maio. -----

--- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

### 5 – Proposta de Deliberação N.º 67/2018 -----

À semelhança de situações anteriores e no âmbito das competências das Juntas de Freguesia e das GOP para 2018, pretende esta Junta de Freguesia continuar a apoiar a Direção Geral de Reinserção Social, nomeadamente com a aceitação de indivíduos para execução de medidas de trabalho a favor da comunidade. -----

Neste contexto, foi-nos solicitado pela Direção Geral de Reinserção Social a colocação de um indivíduo nesta Junta de Freguesia para prestação de trabalho comunitário e face ao exposto a integração será da seguinte forma: -----

- António Manuel Nunes Bastos Pinto – reside em Queijas - 100 horas – Será colocado no setor de obras em Queijas (Vogal Responsável: Sra. Secretária Ana Lúcia Dias). -----

Face ao exposto, propõe-se: -----

1. A aceitação do Sr. António Manuel Nunes Bastos Pinto para realização de trabalho comunitário. -----
2. Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----
3. --- A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Conforme disposição legal a transcrição de qualquer documento oficial tem que respeitar, na íntegra, o conteúdo e o texto constante nos documentos. Sendo facto que as Propostas de Deliberação aqui descritas se constituem documento oficial e a respetiva transcrição, que nesta Ata se faz, é feita reproduzindo na íntegra o texto original.

E por nada mais haver a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às 19:30m. -----

**O Executivo**

**O Presidente**



(Inigo Pereira)

**A Secretária**



(Ana Lúcia Dias)

**A Tesoureira**



(Sara Ribeiro)

**O Vogal**



(Américo Ramos)

**O Vogal**



(Mário Mendes)

**A Vogal**

Paula Cristina Soares

(Paula Soares)

**O Vogal**

João Gomes

(João Paulo Gomes)